



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 2.307

Conde, 08 de novembro de 2023.

CRIADO PELA LEI 156/95.

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 0490/2023

CONDE, 26 DE OUTUBRO DE 2023

**CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A  
SERVIDOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE – PB, no uso das atribuições legais, e:

**Considerando** o que dispõe o art. 65 e seguintes, da Lei nº 589/2009, que dispõe sobre o estatuto do magistério e do plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal de Conde;

**Considerando** o que dispõe o Decreto nº 115/2018, que regulamenta a avaliação do desempenho para a progressão da carreira do magistério;

**Considerando** o resultado da avaliação de desempenho para a progressão;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica concedida progressão funcional vertical para a classe B4 ao servidor ADONAI FELIPE PEREIRA LIMA SILVA, matrícula nº 2048, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (B), com lotação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**KARLA PIMENTEL**

Prefeita de Conde

Publicado no Diário Oficial do Município nº 2.301 em 26 de outubro de 2023.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

### CONDE PREVIDÊNCIA - CONDEPREV

PORTARIA Nº 28/2023

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

A PRESIDENTE DO CONDE PREVIDÊNCIA – CondePREV, no exercício das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 91, da Lei Municipal Complementar nº 0007/2020, de 16 de julho de 2020, de acordo com o Processo nº 024/2023:

#### RESOLVE:

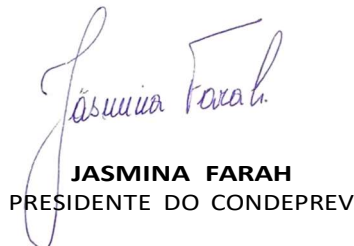
**Art. 1º-** Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com provento integral da última remuneração ao servidor o Sr. MAURO BARRETO DA SILVA, matrícula nº 1523, no cargo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Administração deste município, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF nº 874.027.268-00, portador da Cédula de Identidade RG Nº 9.037.319 - órgão expedidor – SSP/PB, com fundamento **Art. 40, §1º, inciso III, da Constituição Federal/88, com Redação dada pela EC nº 103/2019 c/c Art. 20, incisos I ao V;**

**§§1º, 2º e 3º; § 6º, inciso I e §7º, inciso I, da Lei Complementar Municipal Nº 007/2020.**

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/11/2023.

**Art. 3º** Registre-se, publique-se.

Conde - PB, 01 de novembro de 2023.



**JASMINA FARAH**  
PRESIDENTE DO CONDEPREV

PORTARIA Nº 29/2023

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

A PRESIDENTE DO CONDE PREVIDÊNCIA – CondePREV, no exercício das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 91, da Lei Municipal Complementar nº 0007/2020, de 16 de julho de 2020, de acordo com o Processonº 023/2023:

#### RESOLVE


**Art. 1º-** Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com provento integral da última remuneração a servidora a Sra. MARISTELA CHAGAS DOS SANTOS

**SIMÕES**, matrícula nº 1587, no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação deste município, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF nº 467.228.824-20, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 785.414 – 2ª VIA - Órgão Expedidor – SSP/PB, com fundamento **Art. 40, §1º, inciso III e §5º da CF/88, com redação dada pela EC nº 103/2019; Art. 20, §4º, incisos I a III; §5º, incisos I e II; § 6º, inciso I e § 7º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 007/2020.**

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/11/2023.

**Art. 3º** Registre-se, publique-se.

Conde - PB, 01 de novembro de 2023.



**JASMINA FARAH**  
PRESIDENTE DO CONDEPREV

**PORTARIA Nº 30/2023 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.**

**A PRESIDENTE DO CONDE PREVIDÊNCIA – CONDEPREV**, no exercício das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 91, da Lei Municipal Complementar nº 0007/2020, de 16 de julho de 2020, de acordo com o Processo nº 28/2023:

**RESOLVE:**

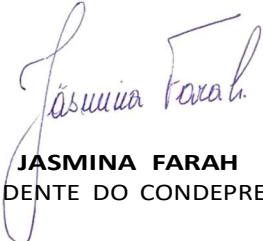
**Art. 1º**- Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** com provento integral da última remuneração a servidora a Sra. **ROGÉRIA FIRMINO**, matrícula nº 1848, no cargo de Inspetor Educacional, lotada na Secretaria de Educação deste município, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF nº 526.370.504-20, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 1.005.297 – 2ª VIA - Órgão Expedidor – SSP/PB, com fundamento **Art. 40, §1º, Inciso III da CF/88, com redação dada Emenda Constitucional nº 103/2019 c/c Art. 20, incisos de I ao V,**

**§1º, §2º, §3º, §6º e §7º, inciso I, da Lei Complementar Municipal Nº 007/2020.**

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/11/2023.

**Art. 3º** Registre-se, publique-se.

Conde - PB, 01 de novembro de 2023.



**JASMINA FARAH**  
PRESIDENTE DO CONDEPREV

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - COMPEDE

### RESOLUÇÃO Nº 13/2023

**DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CONDE – PARAÍBA.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – **COMPEDE**, município de Conde, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1158/2022, de 1 de novembro de 2022, e suas atribuições.

**CONSIDERANDO** as competências do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conde – **COMPEDE** em atuar como instância consultiva e deliberativa na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas do município voltadas à inclusão e defesa de direitos da pessoa com deficiência;

**CONSIDERANDO** a PORTARIA Nº 217, DE 10 DE ABRIL DE 2023 – Dispõe sobre a convocação da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

**CONSIDERANDO** a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Paraíba, convocada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Paraíba – CEDPD/PB em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH/PB por meio da Portaria Conjunta SEDH/CEDPD Nº 01 de 29 de agosto de 2023, a ser realizada nos dias 17 e 18 de abril de 2024;

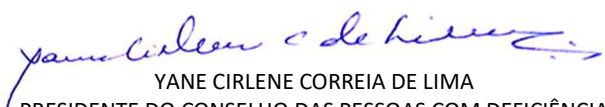
**CONSIDERANDO** por fim, a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizada no dia 31 de outubro de 2023, após análise e avaliação do Relatório Final da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada na Sala dos Conselhos, definida em Ata de nº 10/2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** APROVAR o RELATÓRIO FINAL da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Art. 2º.** Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Conde – PB, 31 de outubro de 2023.



**YANE CIRLENE CORREIA DE LIMA**  
PRESIDENTE DO CONSELHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
COMPEDE – CONDE

### RESOLUÇÃO Nº 14/2023

**DISPÕE SOBRE AS PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CONDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – **COMPEDE**, Município de Conde, no uso das atribuições

conferidas pela Lei Municipal nº 1.158/2022, de 1 de novembro de 2022, e suas atribuições.

**CONSIDERANDO** as competências do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Conde – COMPEDE em atuar como instância consultiva e deliberativa na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas do município voltadas à inclusão e defesa de direitos da pessoa com deficiência.

**CONSIDERANDO** o tema central: Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Subtema: Construindo um Brasil mais inclusivo;

**CONSIDERANDO** os Eixos Temático: 1. Estratégias para manter e aprimorar o controle social, assegurando à participação das pessoas com deficiência; 2. Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas; 3. Financiamento das políticas públicas da pessoa com deficiência; 4. Direito a acessibilidade; 5. Desafios para comunicação universal;

**CONSIDERANDO** as propostas votadas, para os cinco eixos, nas esferas governamentais;

**CONSIDERANDO** por fim, a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizada no dia 31 de outubro de 2023, após análise e avaliação do Relatório Final da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada na Sala dos Conselhos, definida em Ata de nº 10/2023.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Tornar Público as propostas aprovadas na plenária da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.


EIXO 1: Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurando a participação das pessoas com deficiência.	
Nº	PROPOSTAS PARA MUNICIPIO
1	Elaborar e executar o Plano Municipal da Política da Pessoa com Deficiência de forma intersetorial, com participação dos demais órgãos municipal.
2	Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nos Conselhos de Gestão como: Saúde, Educação e Assistência) fomentando a participação na construção das políticas públicas especiais para fortalecer a autonomia e o protagonismo.
3	Criar condições e mecanismos de participação das pessoas com deficiência na elaboração de planos e projetos, e garantir a participação nos diversos espaços.
4	Criar a comissão de acessibilidade para acompanhar e fiscalizar as ações das políticas públicas e as práticas da sociedade que criam barreiras para garantir os direitos e a acessibilidade das pessoas com deficiência.
Nº	PROPOSTAS PARA ESTADO
1	Elaborar e executar o Plano Estadual da Política da Pessoa com Deficiência de forma intersetorial, com participação dos demais órgãos estadual.
2	Realizar processo de formação de forma continuada para profissionais das diversas áreas de atuação nos municípios para melhoria no atendimento para pessoas com deficiência.
3	Realizar campanhas educativas de sensibilização para conscientização para a importância da igualdade de oportunidade, respeito e inclusão das pessoas com deficiência.
EIXO 2: Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada.	
Nº	PROPOSTAS PARA MUNICIPIO
1	Criar serviço de referência para inclusão e cidadania da pessoa com deficiência.

2	Ampliações dos serviços de referência e reabilitação em saúde da pessoa com deficiência respeitando seu ciclo de vida, equidade, raça e interseção.
3	Garantia de acessibilidade arquitetônica e comunicacional em eventos e produções culturais e lazer.
Nº	PROPOSTAS PARA ESTADO
1	Garantia de acessibilidade arquitetônica e comunicacional em eventos e produções culturais e lazer.
2	Formação continuada para trabalhadores e trabalhadoras da rede SUS que atuarão na avaliação biopsicossocial.
3	Criar delegacia especializada de atendimento pra pessoa com deficiência.
EIXO 3: Financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência.	
Nº	PROPOSTAS PARA MUNICIPIO
1	Criar uma Secretaria da Pessoa com Deficiência com Orçamento.
2	Definir e garantir que no mínimo 5% da receita bruta do município sejam revertidos para financiamento e fortalecimento do Fundo Municipal das Pessoas com Deficiência.
3	Garantir a dedução de 1% do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas para o Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e realizar campanhas de esclarecimento sobre o fundo municipal, baseada na Lei 552/2019 incentivar as doações por meio de pessoas físicas e jurídicas, ao Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
4	Garantir repasse das emendas cidadã (impositivas) para que parte desse recurso seja destinado a projetos previamente aprovados pelo conselho municipal.
Nº	PROPOSTAS PARA ESTADO
1	Criar uma Secretaria da Pessoa com Deficiência com Orçamento.
2	Criação e ampliação do orçamento estadual para a efetivação de políticas públicas dos direitos das pessoas com deficiência com fixação de um piso orçamentário e financeiro com cofinanciamento nas esferas estadual e municipal, repasses aos municípios através dos conselhos e fundos municipais das pessoas com deficiência.
3	Garantia de verba orçamentária para assegurar a implantação de rede de atenção, projetos, eventos e serviços à pessoa com deficiência.
4	Garantir repasse das emendas parlamentares impositivas para que parte desse recurso seja destinado a projetos previamente aprovados pelo conselho estadual .
Nº	PROPOSTAS PARA NACIONAL
1	Garantia de verba orçamentária para assegurar a implantação de rede de atenção, projetos, eventos e serviços à pessoa com deficiência.
EIXO 4: Cidadania e Acessibilidade.	
Nº	PROPOSTAS PARA MUNICIPIO
1	Implementação de Central de Tradução em Interpretação de libras vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social com suporte de tecnologias para atendimento remoto funcionando 24 horas.
2	Garantir e ampliar acessibilidade latitudinal e atitudinal de todos os espaços públicos, do estado da paraíba, tais como: rampa de acesso, corrimãos, banheiros adaptados e acessíveis, tradutores e interpretes de libras e adaptações de materiais didáticos para contemplar alunos com limitações.
3	Implantar centros de formação continuada e referência da pessoa com deficiência e limitações com serviços de transporte intinerante.
4	Garantir equipamentos acessíveis para realização de exames citológicos e todos que sejam relacionado a saúde da mulher como: exame citológico, mamografia.
Nº	PROPOSTAS PARA ESTADO
1	Garantir e ampliar acessibilidade latitudinal e atitudinal de todos os espaços públicos, do estado da paraíba, tais como: rampa de acesso, corrimãos, banheiros adaptados e acessíveis, tradutores

	e interpretes de libras e adaptações de materiais didáticos para contemplar alunos com limitações.
2	Implantar centros de formação continuada e referência da pessoa com deficiência, e limitações com serviços de transporte.
3	Percentual mínimo de pessoas com deficiência para concorrer a cargos eletivos.
<b>EIXO 5: Os desafios para a comunicação universal.</b>	
<b>Nº</b>	<b>PROPOSTAS PARA MUNICIPIO</b>
1	Garantir acessibilidade para as pessoas com deficiência em todos os serviços públicos e privados do município, por meio de sistemas especializados de comunicação e/ou contratação de profissionais capacitados com comprovada formação, em intérprete de Libras, Guia Intérprete e as demais formas de comunicação alternativa.
2	Criar e garantir cadastro municipal para identificação e diagnóstico dos perfis, mapeamento das pessoas com deficiências e incluindo Transtorno do Espectro Autista (TEA) com vistas ao direcionamentos da política pública.
3	Criar, garantir, e efetivar cursos de libras básico para os profissionais da área de saúde, e interprete de libras nas escolas e nos equipamentos socioassistencial.
<b>Nº</b>	<b>PROPOSTAS PARA ESTADO</b>
1	Gerar publicidade para pessoas com deficiência no âmbito estadual investindo na divulgação através de mídias sociais acessíveis com ênfase para implementação da comunicação universal.
2	Criar, garantir, e efetivar campanhas educativas de combate ao capacitismo para a comunidade escolar.
3	Implementação da comunicação alternativa nas vias publicas e nos estabelecimentos de atendimento ao publico.

**Art. 2º.** Esta Resolução nº 14, entra em vigor na data de sua publicação.

Conde – PB 31 de outubro de 2023

  
YANE CIRLENE CORREIA DE LIMA  
PRESIDENTE DO CONSELHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
COMPEDE – CONDE